

# Apresentação

## Controvérsias desafiadoras

Nadya Araujo Guimarães e Helena Hirata

A perspectiva de gênero tem inegável valor heurístico para o entendimento do social e do político, suscitando questionamentos e propondo novos paradigmas. Sua capacidade de revigorar debates teve efeito seminal no campo dos estudos do trabalho, nele desvelando dimensões obscurecidas pelos vieses de uma ciência social que concebia o trabalho como uma experiência de homens, brancos, qualificados, tecida nos espaços fabris e embebida nos valores e nas representações, do indivíduo e do coletivo, extraídos de uma visão ocidental e europeizante do mundo. Como todo modo de conhecer, vivo e autocrítico, o campo dos estudos de gênero produz desafios, mas também tem se renovado através de controvérsias que o desafiam internamente.

Este Dossiê tem o objetivo de enriquecer o debate brasileiro, focalizando alguns conceitos das ciências sociais desafiados por controvérsias trazidas à luz pelas reflexões que se nutrem da perspectiva de gênero. Controvérsias assentadas em pontos de vista situados. Embora os temas aqui abordados digam respeito diretamente ao campo dos estudos sobre o trabalho, eles o transcendem e enriquecem, sob o influxo de uma agenda mais ampla. Nesta se contemplam aspectos metodológicos centrais ao fazer científico, como o da construção da relação social de pesquisa no trabalho de campo; ou o das condições de possibilidade das comparações internacionais, desafio onipresente numa ciência social crescentemente internacionalizada no

modo de construir e fazer circular as suas categorias e ferramentas de análise. Aspectos teóricos, igualmente relevantes, estão no centro da agenda aqui colocada. Entretanto, cuidamos de selecioná-los tendo em mente um eixo integrador, um outro ponto de vista situado, que os corta transversalmente: o das diferenças e desigualdades, materiais e simbólicas, que se associam ao exercício do trabalho, em especial ao trabalho de cuidado, aquele socialmente atribuído às mulheres. Neste Dossiê, ele aparecerá tratado nas suas mais diversas formas, privada e pública, gratuita ou mercantilizada, exercida na casa ou fora dela.

Com efeito, as teorias do *care* constituem-se em um domínio, na ciência social, que, através das controvérsias que vem nutrindo, tem vivificado os estudos do trabalho e do gênero. Entre essas controvérsias está a que antepõe enfoques estritamente disciplinares e enfoques “integradores”, interdisciplinares, que propugnam pela combinação de aspectos éticos, práticos e políticos (cf. Molinier, Laugier e Paperman, 2009). No seio dessa oposição, o debate em torno do amor e da profissionalização tem sido alvo de polêmicas entre especialistas (cf. Molinier, 2013). Isso porque a questão do amor e do afeto, como componentes incontornáveis do *care*, aparece recorrentemente no discurso das cuidadoras como um elemento central, como uma disposição estruturante do seu modo de trabalhar; entretanto, amor e afeto surgem, também reiteradamente, no discurso das superiores hierárquicas, como elementos a serem banidos, em nome da profissionalização do cuidado. A questão do amor torna-se, assim, um objeto de confrontação e de dissensão entre classes e categorias socioprofissionais. A isso responde Pascale Molinier, no texto de abertura deste Dossiê, com uma conclusão subversiva, a da crítica ao dogma da especialização profissional, à divisão entre o “trabalho sujo” (*dirty work*), por um lado, e os aspectos valorizados e valorizantes do trabalho de cuidado, por outro. Uma crítica que desemboca na arguta reflexão metodológica sobre a relação de cuidado na relação de pesquisa, tão importante quanto a relação de pesquisa, em campo, quando se observa a relação de cuidado. Isso a faz propugnar pelo cuidado também como metodologia científica, que traz implícita uma ética de responsabilidade, especialmente necessária numa relação de pesquisa que é também uma relação social; onde velar e desvelar são movimentos complexos, que alinham, ou antepõem, tanto os sujeitos da pesquisa (observador e observado), quanto autor/a e seus intérpretes (nativos ou outros analistas).

Sua instigante análise ecoa em dois outros artigos que tratam do jogo de sentimentos e representações, de atribuição de sentido e emoções, que

caracteriza a relação de cuidado enquanto relação profissional. Interpretá-la, sem perder essas nuances, que a especificam, é um empreendimento intelectual que desafia cânones estabelecidos seja no campo dos estudos do trabalho, seja no dos estudos de gênero. Guita Debert explora as arenas de conflito em torno do cuidado em asilos, nos quais equipe técnica, cuidadoras e idosos dependentes constituem uma configuração específica da vida nessas instituições. Para isso, analisa o modo pelo qual a questão é abordada por Pascal Molinier em seu artigo, tendo como contraponto sua pesquisa sobre mulheres imigrantes cuidadoras de idosos na Itália e o emprego doméstico no Brasil. No intuito de tratar da visibilidade que velhos e imigrantes adquirem nos espaços públicos e privados da vida urbana, redefinindo estilos de gerir a dependência, Debert destaca a urgência de se reelaborar a categoria “mulher”, fazendo o esforço de compatibilizar as críticas ao essencialismo em suas diversas formas – humanismo, universalismo, racionalismo – com a formulação de um projeto político feminista, no qual a interseccionalidade esteja contemplada. Nesse sentido, a seu ver, a contribuição da teoria e da antropologia feministas ao feminismo contemporâneo está na importância da comparação e no reconhecimento da centralidade do conceito de diferença.

Isabel Georges e Yumi Garcia dos Santos também dialogam com o debate aberto por Pascale Molinier. Procuram contrastar a análise desta sobre a relação de cuidado que se estabelece entre trabalhadoras pobres e migrantes em uma instituição parisiense de longa permanência, dirigida a atender idosos de origem social mais abastada, com os seus próprios achados, recolhidos em longa etnografia realizada na cidade de São Paulo. Nela, Georges e Santos se dedicaram a capturar o modo como o trabalho profissional de cuidadoras (agentes comunitárias de saúde e agentes de proteção social) se desenvolve numa relação tecida com beneficiárias que com elas partilham as experiências dos que vêm de uma mesma classe social e residem nos mesmos bairros periféricos, numa relação mediada não por uma instituição privada, como no caso parisiense, mas por instituições confessionais, executantes de uma política pública que se desenvolve no próprio meio social em que vivem tanto as provedoras quanto as beneficiárias do cuidado.

Se a atenção aos diferentes quadros temporais e espaciais bem como a adoção de uma perspectiva multidisciplinar de reflexão têm sido constantes no debate sobre a interseccionalidade ou a consubstancialidade/coextensividade das relações sociais de sexo, de classe e de raça, outra ordem de controvérsias manifesta-se quando focalizamos esse domínio temático. Ela se expressa na maneira de conceitualizar a interdependência das relações

sociais de raça, de sexo e de classe. Assim, autores divergem quanto ao modo de figurar a relação que se estabelece entre esses diferentes vínculos sociais. Seria melhor defini-los em termos de interseccionalidade (cf. Crenshaw, 1989) ou de consubstancialidade (cf. Kergoat, 2009)? Mas a controvérsia também se faz notar quando há que decidir quanto à amplitude das relações sociais a serem levadas em conta no momento da adoção de uma perspectiva interseccional, em particular no que concerne à sexualidade (cf. Clair, 2013). Ou seja: a multiplicidade de relações em intersecção estaria livre de qualquer circunscrição (cf. Bilge, 2009) ou dever-se-ia limitá-las em número? Nesse caso, como estabelecer a precedência de certas relações diante de outras (cf. Kergoat, 2012)?

Helena Hirata, em seu artigo, recupera a controvérsia interseccionalidade *versus* consubstancialidade das relações sociais, traçando uma breve genealogia que a situa na história do debate feminista. Mostra como a emergência do tema no campo dos estudos de gênero é fortemente devedora da contribuição das feministas negras norte-americanas, desafiadas não apenas a refletir sobre a experiência da combinação entre formas de desigualdades (de sexo e de cor), mas a confrontar as armadilhas para passar da denúncia à superação, enquanto operadoras do direito (cf. Crenshaw, 1989; Dorlin, 2008). Hirata avança ilustrando o valor heurístico dessa controvérsia para o entendimento das desigualdades no exercício do trabalho de cuidado, especialmente visíveis quando são comparados contextos socioculturais tão distintos como os do Brasil, da França e do Japão.

Dois outros textos desdobram o tema à luz de análises empíricas sobre o caso brasileiro. Cada um a seu modo, eles reafirmam a interseccionalidade que marca a maneira como se expressam, entre nós, as diversas formas de desigualdade. Segnini observa o campo do trabalho artístico e nele documenta a importância da intersecção entre diferenças de classe, sexo e cor para entender a divisão do trabalho e a configuração das carreiras no mundo dos músicos em orquestras. Leite e Salas abrem a lente e focalizam a dinâmica recente do mercado brasileiro de trabalho, em franco movimento de estruturação; apesar disso, e do vigor reivindicatório dos movimentos de negros e mulheres, os autores concluem pela persistência de vetores (combinados) de sexo e de cor a desigualar os indivíduos.

Um terceiro terreno organiza este Dossiê, o do debate sobre a natureza dos elos entre produção e reprodução. Crucial na interface entre os campos do trabalho e do gênero, esse debate esteve no centro das controvérsias entre o feminismo e o marxismo nos anos de 1960 e 1970, nutrindo uma fértil reflexão

sobre a relação entre valor de troca e valor de uso. No mundo anglo-saxão, o debate sobre o caráter produtivo ou não do trabalho doméstico galvanizou intelectuais. Na França, essa controvérsia se institucionalizou em 1980, dando origem a uma rede de pesquisa autointitulada “Produção-reprodução: articulação entre estruturas familiares e sistema produtivo” (cf. Barrere-Maurisson *et al.*, 1984). O debate sobre a natureza do trabalho doméstico também repercutiu amplamente entre estudiosas do gênero em diferentes países latino-americanos (cf. De Barbieri, 1984; García, Muñoz e Oliveira, 1984; Galvez e Todaro, 1986; De Barbieri e Oliveira, 1987; Oliveira, Lehalleur e Salles, 1989; Oliveira e Salles, 1991; García e Oliveira, 1994); e ecoou igualmente no Brasil dos anos de 1970 (cf. Bilac, 1983; Souza-Lobo, [1991]\* 2011), sob o impacto da modernização conservadora promovida pela ditadura militar, como Bilac registra neste Dossiê.

\*A data entre colchetes refere-se à edição original da obra (N. E.).

Entretanto, aqui, a controvérsia será ressituada, sob o influxo das abordagens contemporâneas acerca do cuidado. Eileen Boris sublinha, em seu instigante artigo, a atualidade da questão, tendo como ponto de partida o debate aberto pelo livro *The feminine mystique*, de Betty Friedan (1963). Boris argumenta em favor da existência de uma relação entre a desvalorização do trabalho doméstico gratuito da dona de casa, inclusive por feministas como Friedan, e a desvalorização social e monetária do trabalho profissional de cuidado, quando essa atividade, tradicionalmente exercida pelas mulheres, é externalizada e mercantilizada. A experiência norte-americana recente, de luta por direitos protagonizada por cuidadoras domiciliares e trabalhadoras domésticas, serve-lhe de inspiração maior. Nesse movimento, e como bem o reconhece Sorj neste Dossiê, Boris percebe uma ressignificação do *care*, que deixaria de exprimir uma naturalização do amor materno e passaria à condição de um trabalho de reprodução social, que evoca noções de direito e justiça social.

Mas as articulações possíveis entre família e trabalho, produção e reprodução podem ser substancialmente enriquecidas quando as ressituaamos do ponto de vista de outra realidade, como a brasileira. Nela, como salienta Bilac, o peso do trabalho doméstico remunerado é notável, e a fragilidade das políticas públicas contribui para aprofundar as desigualdades entre mulheres de diferentes classes sociais, haja vista, como sublinha Sorj, que a participação masculina na divisão sexual do trabalho doméstico, como uma reserva relevante de cuidado, permanece, entre nós, ausente do espectro do possível, tanto na prática social como no discurso acadêmico, de tal forma que a questão do cuidado aparece como um problema de e para as mulheres.

A partir da constatação empírica de que o modelo de articulação família-trabalho segue repousando na sobrecarga feminina e na menor participação masculina na reprodução, Bilac discute em que medida essa permanência, no caso brasileiro, poderia ser atribuída a uma combinação particular entre elementos demográficos e socioeconômicos, aliada ao fato de que a cesta de políticas sociais existentes em nosso país seja restrita, pelos benefícios, e seletiva, pelo acesso, diante da realidade de outros países, como os do norte ocidental, onde a socialização do cuidado, pela via do Estado, contrarrestou o aprofundamento das diferenças (combinadas) de classe e gênero.

O leque de questões controversas postas na mesa por este Dossiê repousa no recurso recorrente a uma ferramenta metodológica, qual seja, a da construção de comparações. No mais das vezes, equacionando-as como contrastações de tipo Norte-Sul, seja contrapondo achados recolhidos na França a outros amealhados pela pesquisa no Brasil, seja desafiando formulações tecidas a partir do caso norte-americano, com base em tendências retiradas da nossa realidade nacional. Outras vezes, a anteposição se fez entre o que se observa no Brasil e o que teria ocorrido em outros países da América Latina. Casos há, ainda, em que se fixam realidades nacionais contrastantes quanto a traços analiticamente relevantes, para nelas observar variações num mesmo fenômeno; ou fixa-se uma mesma realidade nacional, em busca de comparar configurações sociais assumidas por ela em diferentes momentos no tempo. Em nenhum dos textos, entretanto, tomou-se como tarefa refletir sobre as virtualidades e as armadilhas contidas no uso dessa ferramenta analítica; todos a manejaram de uma forma que se fez livre de problematização, explícita e direta, sobre a construção da estratégia comparativa. Por isso mesmo, decidimos encerrar o Dossiê, tal como o iniciamos, com um texto de forte apelo teórico-metodológico. Nele, Michel Lallement centra a sua atenção sobre o uso das comparações internacionais e os desafios que este coloca para os estudos do trabalho e das relações de gênero. Salienta, como seu argumento de partida, que aquilo que relacionamos de forma espontânea quando comparamos quadros nacionais diferentes remete, de fato, a construções irremediavelmente heterogêneas, que não nos deixam como porta de saída senão o recurso à bricolagem. Para sustentar sua tese da “bricolagem comparativa” procura, então, esboçar os principais parâmetros do espaço intelectual no qual a comparação pode tomar formas cientificamente legítimas, assentando-as em quatro linhagens teórico-metodológicas: o culturalismo, o institucionalismo, o formalismo e a política dos indicadores. Para explicitação desse argumento, sustenta-

-se no recurso a um extenso, rico e plurinacional repertório de estudos no campo das análises sobre trabalho e gênero. Elas lhe servem para delinear como as diversas estratégias de construção de comparações tomam corpo, e nos servirão para encerrar, de maneira teoricamente sofisticada e metodologicamente instigante, a reflexão sobre novos desafios interpretativos, que quisemos trazer à luz por meio deste Dossiê.

Ao finalizar esta apresentação, convém destacar que este volume se constitui numa seleção de textos, premida pelos limites editoriais, extraída de um conjunto de quinze comunicações originalmente encomendadas de modo a poderem ser apresentadas e debatidas no Seminário Temático intitulado “Trabalho e gênero: pontos de vista situados e algumas controvérsias”. Esse evento foi organizado pelas editoras do Dossiê e teve lugar na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, ao longo do segundo semestre de 2013, numa copromoção do Departamento de Sociologia, através do seu Programa de Pós-Graduação e do seu Laboratório de Pesquisa Social, e do Centro de Estudos da Metrópole, instituições às quais queremos deixar registrado o nosso agradecimento.

O formato deste Dossiê é devedor da bem-sucedida estrutura em que se assentou o ciclo semestral de debates. Cada um dos grandes temas, objeto de controvérsias, foi introduzido a partir de uma experiência de pesquisa conduzida fora do Brasil e situada no confronto de ideias tecido em outro meio intelectual. Em cada um desses temas, pesquisadoras sediadas em instituições brasileiras traziam achados de campo que dialogavam com as ideias e evidências, tal como inicialmente enunciadas. Como a contrastação e o diálogo, em base comparativa, perpassavam todos os debates, nada como encerrar o ciclo, como fizemos neste Dossiê, refletindo sobre o uso das comparações para elucidar nossas controvérsias.

## Referências Bibliográficas

- BARRERE-MAURISSON, M. A. *et al.* (1984), *Le sexe du travail: structures familiales et système productif*. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble.
- BILAC, E. D. (1983), *Família e trabalho feminino: a ideologia e as práticas familiares de um grupo de “trabalhadores manuais” de uma cidade do interior paulista*. São Paulo, tese de doutorado, FFLCH-USP.
- BILGE, Sirma. (2009), “Théorisations féministes de l’intersectionnalité”. *Diogenes*, 1 (225): 70-88.

- CLAIR, Isabelle. (2013), "Pourquoi penser la sexualité pour penser le genre en sociologie? Retour sur quarante ans de réticences". *Cahiers du Genre*, 54: 93-120.
- CRENSHAW, Kimberlé W. (1989), "Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics". University of Chicago Legal Forum, pp. 139-167.
- DE BARBIERI, Teresita. (1984), *Mujeres y vida cotidiana*. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica.
- \_\_\_\_ & OLIVEIRA, Orlandina de. (1987), "Reproducción de la fuerza de trabajo en América Latina: algunas hipótesis". In: SCHTEINGART, Martha. *Las ciudades latinoamericanas en la crisis: problemas y desafíos*. Cidade do México, Trillas, pp. 9-29.
- DORLIN, Elsa (org.). (2008), *Black feminism: anthologie du féminisme Africain-Américain, 1975-2000*. Paris, L'Harmattan.
- FRIEDAN, Betty. (1963), *The feminine mystique*. Nova York, Dell.
- GALVEZ, Thelma & TODARO, Rosalba. (1986), *Trabajo doméstico remunerado: conceptos, hechos, datos*. Santiago, CEM.
- GARCÍA, Brígida & OLIVEIRA, Orlandina de. (1994), *Trabajo femenino y vida familiar en México*. Cidade do México, El Colegio de México.
- \_\_\_\_, MUÑOZ, Humberto & OLIVEIRA, Orlandina de. (1984), "La familia obrera y la reproducción de la fuerza de trabajo en la Ciudad de México". In: \_\_\_\_ et al. *El obrero mexicano*. Cidade do México, Instituto de Investigaciones Sociales (IIS), Universidad Nacional Autónoma de México (UANM)/Siglo XXI, pp. 9-42.
- KERGOAT, Danièle. (2009), "Dynamique et consubstantialité des rapports sociaux". In: DORLIN, E. (org.). *Sexe, race, classe: pour une épistémologie de la domination*. Paris, PUF, pp. 111-125.
- \_\_\_\_. (2012), *Se battre, disent-elles...* Paris, La Dispute (col. Le Genre du Monde).
- MOLINIER, Pascale. (2013), *Le travail du care*. Paris, La Dispute.
- \_\_\_\_; LAUGIER, Sandra & PAPERMAN, Patricia. (2009), *Qu'est-ce que le care? Souci des autres sensibilité, responsabilité*. Paris, Payot.
- OLIVEIRA, Orlandina de & SALLES, Vania. (1991), "Reprodução social e reprodução da força de trabalho: reflexões teóricas para o estudo do tema". *Mercado e Reprodução Social Cidadania Operária e Ação Sindical*, Caderno CRH, 4 (14): 7-30, jan.-jun.
- \_\_\_\_; LEHALLEUR, Marielle Pepin & SALLES, Vania (orgs.). (1989), *Grupos domésticos y reproducción cotidiana*. Cidade do México, El Colegio de México/Porrúa.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. (2011), *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 1ª edição 1991 (São Paulo, Brasiliense). São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

Nadya Araujo Guimarães é doutora em sociologia pela Universidad Nacional Autónoma de México (Unam), com pós-doutorado no Department of Urban Studies and Planning, do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e livre-docência pela Universidade de São Paulo. É professora titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. E-mail: nguimaraes@me.com.

Helena Hirata é socióloga, diretora de pesquisa emérita no Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) da França, equipe CRES-PPA-GTM (Gênero, Trabalho, Mobilidades), e professora visitante internacional no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. E-mail: helena.hirata@gtm.cnrs.fr.